

2017.1 . Ano xxxiv . Número 33

CALÍOPE

Presença Clássica

Separata 4



2017.1 . Ano XXXIV . Número 33

CALÍOPE

Presença Clássica

ISSN 2447-875X

separata 4

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
Departamento de Letras Clássicas da UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
REITOR Roberto Leher

Centro de Letras e Artes
DECANA Flora de Paoli Faria

Faculdade de Letras
DIRETORA Eleonora Ziller Camenietzky

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
COORDENADOR Ricardo de Souza Nogueira
VICE-COORDENADORA Arlete José Mota

Departamento de Letras Clássicas
CHEFE Fábio Frohwein de Salles Moniz
SUBCHEFE Rainer Guggenberger

Organizadores
Fábio Frohwein de Salles Moniz
Fernanda Lemos de Lima
Rainer Guggenberger

Conselho Editorial
Alice da Silva Cunha
Ana Thereza Basílio Vieira
Anderson de Araujo Martins Esteves
Arlete José Mota Auto Lyra Teixeira
Ricardo de Souza Nogueira Tania Martins Santos

Conselho Consultivo
Alfred Dunshirn (Universität Wien)
David Konstan (New York University)
Edith Hall (King's College London)
Frederico Lourenço (Universidade de Coimbra)
Gabriele Cornelli (UnB)
Gian Biagio Conte (Scuola Normale Superiore di Pisa)
Isabella Tardin (Unicamp)
Jacyntho Lins Brandão (UFMG)
Jean-Michel Carrié (EHESS)
Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra)
Martin Dinter (King's College London)
Victor Hugo Méndez Aguirre (Universidad Nacional Autónoma de México)
Violaine Sebillote-Cuchet (Université Paris 1)
Zélia de Almeida Cardoso (USP)

Capa e editoração
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Revisão de texto
Luiz Karol

Revisão técnica
Lucia Pestana

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
Faculdade de Letras – UFRJ
Av. Horácio Macedo, 2151 – sala F-327 – Ilha do Fundão 21941-917
Rio de Janeiro – RJ www.lettras.ufrj.br/pgclassicas – pgclassicas@lettras.ufrj.br

Cipriano e demais mártires da África proconsular: procedimentos discursivos nas Atas, Paixões e Martírios

Pedro Ipiranga Júnior

RESUMO

Este artigo se propõe analisar atas de martírio, assim como as chamadas Paixões, dos primeiros tempos do cristianismo originadas na região do norte da África, mais especificamente conhecida como África Proconsular durante o Império Romano. Discute-se a problemática da literatura de martírio, buscando explicitar certos parâmetros e procedimentos padrões empregados e, por conseguinte, as funções de tais elementos na composição e recepção das obras. Além disso, são vislumbrados os aspectos intertextuais que aí aparecem, o que corrobora uma finalidade estética paralela à um propósito doutrinário e, de certo modo, proselitista. A figura do mártir é configurada como um novo tipo de herói e suas ações e, principalmente, afeções e padecimentos fazem parte de um novo imaginário que valoriza e celebra o cristão e a cristã como sofredores e que prestam testemunho a partir de seu modo de vida.

PALAVRAS-CHAVE

Relatos de martírio; paixões; Cipriano; atas proconsulares; literatura cristã.

SUBMISSÃO 15 nov. 2017 | PUBLICAÇÃO 28 dez. 2017

N

este artigo analiso alguns procedimentos discursivos, biográficos e diegético-narrativos que se mostram recorrentes, constituindo-se como padrões, na literatura martirológica dos primeiros tempos do cristianismo. Fazem parte do recorte temático as seguintes obras: *Acta Proconsularia Cypriani*, *Carta das Igrejas de Lyon e Viena*, *Martírio dos Santos Carpo, Papylo e Agatonice*, *Passio Sanctorum Scillitanorum*, *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi*, *Passio Sanctorum Montani et Lucii*, *Passio Perpetuae et Felicitatis*. Cito o início das *Atas de Cipriano*:

Cyprianus episcopus respondit: Ego sum.
Galerius Maximus proconsul dixit: Tu papam te sacrilegae mentis hominibus praeuisti?
Cyprianus episcopus respondit: Ego.
Galerius Maximus proconsul dixit: Iusserunt te sacratissimi imperatores caeremoniari.
Cyprianus episcopus dixit: Non facio.
Galerius Maximus (proconsul) ait: Consule tibi!
Cyprianus episcopus respondit: Fac quod tibi praeceptum est. In re tam iusta nulla est consultatio.
IV. Galerius Maximus conlocutus cum concilio sententiam uix et aegre dixit uerbis huiusmodi: Diu sacrilega mente uixisti et plurimos nefariae tibi conspirationis homines adgregasti et inimicum te diis romanis et religionibus sacris constituisti, nec te pii et sacratissimi principes Valerianus et Gallienus Augusti et Valerianus nobilissimus Caesar ad sectam caeremoniarum suarum renocare potuerunt. Et ideo cum sis nequissimorum criminum auctor et signifer deprehensus, eris ipse documento his, quos scelere tuo tecum adgregasti: sanguine tuo sancietur disciplina. Et his dictis decretum ex tabella recitauit: Thascium Cyprianum gladio animaduerti placet.
Cyprianus episcopus dixit: Deo gratias.¹

Cipriano, o bispo, respondeu: – Sou eu.
Galério Máximo, o procônsul, disse: – Tu te mostraste como pai de um modo de pensar sacrílego aos homens?
Cipriano, o bispo respondeu: – Eu, sim.
Galério Máximo, o procônsul, disse: – Ordenam-te os veneráveis imperadores a fazer os ritos sacrificiais.
Cipriano, o bispo disse: – Não faço.

Galério Máximo (o procônsul) diz: – Reflita e consulta a ti mesmo.

Cipriano, o bispo respondeu: – Em coisa tão justa, inútil é uma consulta.

Galério Máximo, tendo discutido com o conselho, com dificuldade e penosamente enunciou a sentença em termos desse modo: – Por muito tempo com um modo de pensar sacrílego viveste e numerosos homens agregaste em tua ímpia conspiração e te erigiste como inimigo dos deuses romanos e dos cultos sagrados, e não conseguiram os pios e veneráveis príncipes Valeriano e Galieno, Augustos, e Valeriano, nobilíssimo César, fazer-te retornar ao regime de seus cultos religiosos. E é por isso que, tendo sido apanhado como autor e líder dos mais infames crimes, servirás pelo próprio exemplo àqueles que agregaste contigo no teu ato criminoso: com teu sangue a norma será sancionada.

E com estas palavras enunciou publicamente e em voz alta o decreto da tabuinha: – Tácio Cipriano tenha-se por bem que seja punido com a morte pela espada.

Cipriano, o bispo disse: – Graças a Deus.

“*Tu es Thascius Cyprianus? Tu es Thascius qui et Cyprianus?* (Tu és Tácio Cipriano? Tu és Tácio, que também é chamado Cipriano?).” Assim começa o interrogatório (nas versões das duas edições) do segundo julgamento por que passa Cipriano, o qual aparece nas chamadas *Acta Proconsularia Cypriani*. Nesse tipo de composição, há alguns procedimentos convencionais que acompanham e imitam aqueles dos processos efetivos imputados aos cristãos pelas autoridades romanas.

Assim, antes de registrar perguntas e respostas relativas à identidade dos envolvidos no processo e às demais informações aí concernentes, o documento das atas deveria indicar, a princípio, a data e o dia do ano, com menção aos imperadores então no poder, o local (que podia ser omitido), seguindo-se os nomes dos sentenciados.² Figurava na audiência um secretário que anotava, pelo procedimento taquigráfico, as perguntas e as respostas, assim como os incidentes importantes, para depois traduzir suas anotações num texto claro.³ Tomemos, então, como exemplo, o começo das *Acta Cypriani*:

Sendo o imperador Valeriano cônsul pela quarta vez e Galeriano pela terceira, três dias antes das calendas de setembro [30 de agosto de 257 d.C.], em Cartago, o procônsul Paterno, em sua sala particular de despacho, falou ao bispo Cipriano [...].⁴

Essas atas, em sua forma completa, são compostas de dois interrogatórios: no primeiro, em função do primeiro édito de Valeriano, o bispo Cipriano é condenado ao exílio; no segundo interrogatório, ele recebe a sentença de morte pela espada. Em seus elementos, por assim dizer, formais, o segundo é mais completo que o primeiro, pois este último começa mais bruscamente, sem as perguntas iniciais de identificação.

Assim, enquanto nesse primeiro interrogatório Aspásio Paterno, no princípio, insta Cipriano para que sacrifique, no segundo que citamos inicialmente, o procônsul Galério começa indagando pela identidade do bispo. Além do nome, pergunta-se acerca do país, da cidade e sobre a condição do réu, se era livre ou escravo, segundo a ordem que aparece na *Carta das Igrejas de Lyon e Viena*.⁵ Na recensão grega do *Martírio dos Santos Carpo, Papylo e Agatonice*, Carpo responde que seu primeiro nome e o mais distintivo é *Chistianós*,⁶ depois acrescentando que seu nome no mundo é Carpo.

Não se pode perder de vista que as Atas, Paixões e Martírios que chegaram até nós, embora possam estar na dependência das atas propriamente ditas dos processos ou mesmo de testemunhas oculares, sempre são reelaborações de indivíduos pertencentes à comunidade cristã, ou seja, são parcialmente direcionadas. Mesmo estas atas de Cipriano, que são consideradas as mais próximas de um processo efetivo e, dessa forma, uma fonte histórica razoavelmente segura, traem seu caráter de composição os qualificativos dados a Cipriano de santo e bispo.

Não se está aqui, esclareçamos, empreendendo argumentar contra a confiabilidade histórica de quaisquer atas; aliás, um caráter oscilante entre memória, no seu poder de inscrição histórica, e imaginação, em sua capacidade de reestruturar os dados da experiência com fins de propaganda moral, parece ser constitutivo dessa espécie de literatura biográfica. Nosso esforço é

o de apreender das atas elementos formais e funcionais que possam atuar como direcionadores do emprego dessa prosa literária no contexto de uma leitura para fiéis ou mesmo numa situação pedagógica de transmissão de doutrina.

Segundo Delehaye, podemos detectar nas *Acta proconsularia Cypriani* três estágios de composição referentes a três fontes: 1) a audiência em 30 de agosto de 257 diante do procônsul Aspásio Paterno, em que Cipriano é exilado; 2) a prisão, julgamento e condenação por Galério Máximo em 258; 3) a paixão propriamente dita em 14 de setembro de 258, englobando a execução e a descrição do enterro.⁷

Delehaye, seguindo Reitzenstein, classifica os manuscritos das atas em duas séries: uma categoria (A) que se constitui de três partes, contendo as atas completas; uma categoria (B), incompleta, composta somente da segunda parte apenas, ou desta seguida pela terceira. Embora Delehaye tenha tentado justificar o caráter lacunar e abrupto do primeiro interrogatório constante das atas (A) pelo que fosse implícito no contexto, ele não chega a ser completamente convincente. Musurillo, não se decidindo se os dois interrogatórios teriam sido compostos a partir dos registros do julgamento ou de uma testemunha ocular, declara que apresentam “uma impressão de honestidade e objetividade”.⁸

O determinante dessa espécie de gênero biográfico será, pelo menos a princípio, a remessa à situação de julgamento, ou melhor, ao gesto de consignar por escrito perguntas e respostas entre mártir e juiz. Não obstante, ao lado de um critério formal, a base para a classificação desse tipo de escrito foi calcada pelo grau de historicidade ou de fidelidade aos registros oficiais ou à situação efetiva de julgamento. Assim, pelo sistema proposto por Delehaye, encontramos seis categorias:

1) Os documentos que se baseiam da forma mais fiel possível aos processos verbais oficiais, as chamadas atas proconsulares, como as *Acta Cypriani* e as *Atas dos Mártires Escilitanos*, onde “o texto oficial do interrogatório, escrupulosamente respeitado, forma o fundo principal do relato”,⁹

2) Relatos que apresentam um testemunho vivo e contemporâneo, quer por uma testemunha ocular, quer por um contemporâneo que registra as informações de outro, quer pela combinação desses dois tipos de testemunho (como em Eusébio, na parte dos mártires da Palestina ou na *Vida de Cipriano* escrita por Pôncio);

3) Relatos “cuja fonte principal é um documento escrito pertencente a uma das duas séries precedentes”,¹⁰ como alguns textos de que se compõe o *Menológico de Metafrasto*, em que o redator abreviou ou parafraseou livremente;

4) Os chamados “romances históricos”, *passiones* que misturam reminiscências literárias, tradições populares e situações fictícias, mas que mantêm um substrato histórico, que se reduziria ao nome do santo, à existência de seu santuário, à data de sua festa;

5) Composições ficcionais ou “romances de imaginação”, em que mesmo o santo que figura como herói é uma criação do autor;

6) As lendas hagiográficas que são falsificações enganosas com o intuito mesmo de ludibriar o leitor.

De fato, essas categorias são ordinariamente reduzidas a três, tripartição essa que Moreschini indica como bastante comum:

(1) Relatos dos interrogatórios diante do magistrado, baseados em certos casos nas atas oficiais depositadas nos arquivos, que os cristãos podiam chegar a consultar; nesses casos a estrutura é essencial de pergunta e resposta, e o ponto culminante é a confissão de fé (...); (2) narrações que compreendem a detenção dos cristãos (e às vezes as circunstâncias precedentes), a prisão, as torturas suportadas, a execução; as fontes aqui são testemunhas oculares, as intervenções dos redatores é naturalmente mais livre e pessoal que no caso anterior, mais propensa à elaboração lendária; a essa categoria se reserva em geral o nome de Paixões; (3) as lendas, escritas a grande distância dos fatos, fundadas em elementos estereotipados e orientadas em primeiro lugar para a exaltação dos mártires.¹¹

Modificando os princípios de classificação, Musurillo propõe um quadro mais complexo de elementos, que, em vez de enquadrar as diversas narrativas, discrimina de modo minucioso as

partes analítico-formais que podem ser constituintes de um ou outro relato:

I Documentos ou seções baseados no estilo de registro de tribunal [...]. (a) juízes espirituosos [...]; (b) com réplicas registradas de espectadores [...]; (c) expressão de fé do mártir [...]; (d) mártir incitando juiz a executar seu dever [...].

II Cenas da prisão ou execução dos mártires [...]. (a) crueldade especial de soldados ou carcereiros [...]; (b) prece especial do mártir diante da morte [...]; (c) comentários do mártir sob tortura [...]; (d) réplicas da multidão, dos espectadores [...]; (e) uso da 1^a. pessoa técnico-narrativa [...].

III Contos de visões ou milagres: (a) visões dos mártires [...]; (b) aparições de mártires depois da morte [...].

IV Discursos apologéticos [...].

V Anti-semitismo: Policarpo (17-18), Piônio (13-14).¹²

Essa classificação de Musurillo se atém aos elementos diegético-estruturais dos relatos, buscando fugir ao padrão de fidelidade histórica definido por Delehaye (embora esse persista pela própria escolha de Musurillo para a sua edição dos relatos menos suspeitos). Porém, tais narrativas não são, no seu todo, propriamente englobadas por esse esquema, mas sim delimitadas por possuírem tais ou quais partes distintivas.

Para o escopo deste estudo, divisando o papel primordial da estrutura do interrogatório, tanto nessas classificações, como propriamente na literatura de martírio, propomos a seguinte divisão: a) relatos que se centram no processo do interrogatório, remetendo na escrita à forma das atas de julgamento; b) relatos ou paixões que abordam mais extensivamente as circunstâncias ligadas ao martírio, os eventos anteriores, a prisão, as torturas, as visões, bem como, além do martírio, aqueles fatos referentes à morte e ao sepultamento, e que incluem o interrogatório a que o mártir é submetido diante da autoridade romana; c) as paixões ou narrativas da vida do mártir que abarcam todas as circunstâncias da categoria anterior, mas que, porém, não incluem as pretensas atas de julgamento, mesmo que possam fazer menção a elas, como na

Vita Cypriani (em que elas não são citadas por serem consideradas pelo autor de domínio público).

Sendo apenas operatória a nossa classificação para a explicitação da questão do julgamento, não a consideramos plenamente satisfatória para a categorização desses relatos. De certa forma, privilegiar a forma de julgamento é tanto acentuar a influência das circunstâncias da época concernentes às perseguições nesse tipo de gênero biográfico,¹³ como evidenciar um modo narrativo de presentificar o ‘eu’ de quem se fala ou de quem fala, presente e constante, como vimos nos escritos gregos que problematizam o poder do discurso, a exemplo da prosa isocrática, e que é retomado na escrita luciânica.

Qual é então a plataforma desse “eu” discursivo? No nível interno da narração, o cenário é construído em torno e em função da situação de julgamento, em que se assevera a identidade do réu por se negar a prestar os ritos de sacrifício aos deuses romanos e ao imperador e por se confessar cristão (pelo fato de se identificar pelo nome de cristão). Elegemos este espaço do tribunal como o lugar formal da “encruzilhada”, ou seja, lugar de enfrentamento de culturas e de reversão de valores, que desvelam práticas inconciliáveis.

Ainda nesse nível interno, encontramos o espaço da prisão (ou do exílio), onde acontecem as visões e os sonhos, e o espaço do anfiteatro ou de outro lugar passível de funcionar como local de espetáculo, onde ocorrem o martírio e a morte do santo. No nível externo, referente à recepção do extrato social mais coevo da narrativa, temos o espaço da assembleia, o lugar da leitura que, nesses tempos de perseguição, era ordinariamente o cemitério,¹⁴ junto à tumba do mártir. De fato, a boa qualidade da hagiografia africana deve-se ao fato de que seus textos eram usados nas leituras litúrgicas e, assim, atingiam uma estabilidade pelo uso eclesiástico.¹⁵

O sucesso da literatura de martírio e o emprego da situação de julgamento como determinante na estruturação de boa parte dessas obras indicariam uma forma de pensar pautada na memória de julgamentos, incluindo punição, tortura e condenação,

que se desvelaria como um padrão recorrente para as primeiras comunidades cristãs assoladas pelas perseguições, mas que se manteria por muito tempo depois nos escritos eclesiásticos referentes a martírios de santos.

Segundo essa perspectiva defendida por Brent Shaw, sendo o testemunho e a participação num tribunal a quintessência da experiência cívica romana, a situação de julgamento seria encenada de modo público e dramático por oficiais de elite do Estado e daí resultaria, em vista dos rituais de corte e do aparato usado para a tortura, um poderoso efeito sobre as pessoas que tivessem uma direta confrontação com as autoridades do poder imperial. Assim, os julgamentos públicos eram orquestrados pelos governadores romanos como espetáculos preventivos, cuja função era de assustar e coagir, desdobrando-se, dessa forma, e sendo assimilados em figurações internas da mente.¹⁶

Havíamos sublinhado anteriormente o caráter extremamente dramático que uma narrativa deveria apresentar em relação à assistência, como é o caso da *Passio Perpetuae et Felicitatis*. Por seu lado, Shaw enfatiza o tom teatral manifestado pelos processos efetivos imputados pelas autoridades romanas:

Calculando o efeito conhecido de ver as apresentações dramáticas, as autoridades romanas deliberadamente usavam o espetáculo de tribunal e punição como uma peça de teatro que devia ser testemunhada pelo maior número possível de pessoas a fim de lhes inculcar precisamente este efeito.¹⁷

Dessa maneira, Shaw vincula esses eventos teatralmente dramáticos de julgamento tanto às narrativas de martírio, quanto ao modo de registrá-los internamente na mente sob a forma de uma memória coletiva. Nesse último aspecto, isso se manifestaria como sintomas de uma figuração coletiva de memória associada a um tipo específico de poder, cuja expressão explícita seriam os sonhos envolvendo situações judiciais ou pesadelos com punições. Ele cita escritores como Artemidoro e Sêneca para demonstrar que estes tipos de sonhos estavam ao corrente da época no contexto greco-romano e para daí deduzir que fazia parte do horizonte de

expectativa de então a possibilidade de estar envolvido num espetáculo público, quer de julgamento, quer de mostra de tortura física. Todavia, Shaw enfatiza que são, além dos romances, de preferência, ou quase unicamente, os escritos cristãos que vão abordar mais concretamente os relatos cuja referência imediata são os processos de julgamento e de castigo, utilizando, senão as atas efetivas, as formas de interrogatório muito próximas a elas.

Se pensamos nos espaços instituídos nas narrativas de martírio, prisão/lugar das visões, assembleia-cemitério/lugar da leitura, anfiteatro-local descampado/lugar do espetáculo e do martírio, situação de julgamento/lugar dramático da encruzilhada, então podemos divisar as diversas perspectivas arranjadas e dispostas pelo discurso sob disfarce do ‘eu’ narrativo para colocar ora o outro, ora a si mesmo em julgamento. Assim temos: uma estrutura de memória, uma situação de espetáculo público, uma estratégia narrativa para reverter o efeito coercitivo da autoridade romana em prol da caracterização do mártir como ser que testemunha e sofre pelo testemunho, uma reafirmação do narrado pela leitura que suscita memória e identidade para a comunidade cristã, uma possibilidade de constituição do foro interior narrativamente estruturado e memorizado segundo padrões e sequências relativas a um interrogatório ou julgamento.

Se, com efeito, sonhos ou pesadelos envolvendo as circunstâncias de um processo diante do tribunal são vistos como sintomas de uma forma específica de memória e rememoração, que se apresentou de forma mais marcante nas primeiras comunidades cristãs, então podemos asseverar que a situação de julgamento, como um complexo de *images agentes*, é, por assim dizer, matriz e diretiva desse gênero de relatos de martírio. Isso corrobora a nossa classificação anterior, atentando para o fato de que aquelas narrativas que não mostram o processo do interrogatório refiguram-no pela narrativa de visões ou sonhos, os quais dizem respeito a julgamentos, castigos, combates, mortes e demais circunstâncias ligadas, direta ou indiretamente, às cenas de tribunal.

Se já os julgamentos impetrados pelos romanos eram arranjados de modo espetacular, explorando dramaticamente os seus efeitos, no intuito do aterrorizar, coibir e punir, de forma análoga, os escritos cristãos vão explorar esse caráter performático; por um lado, como vimos, isto constitui um teatro efetivo,¹⁸ pois aquilo que era lido nas liturgias era passível de ser assistido pelos cristãos da época, paixões e martírios em que se viam conhecidos, amigos ou familiares.

Por outro lado, é uma escrita que refuncionaliza o espetáculo em vista dos seus efeitos, da sua condução pela narrativa, na nova figuração dos gestos pela liturgia. De certa forma, o corpo era o personagem central nesses processos como avalia Shaw:¹⁹ corar, suar, lutar, prantear estão no primeiro plano discursivo. Sobre tais sensações e sobre os afetos aí correlatos incide a ação orquestrada pelo discurso, buscando na relação sofrimento no aqui e agora/glória na futura vida a maneira persuasiva para reverter a estratégia romana ligada ao terror e para tornar a figura do mártir a mais admirável, o seu padrão de conduta paradigmático e o registro de seus atos uma narrativa a ser memorizada e transmitida.

As atas cristãs, como as de Cipriano, são reescritas das atas romanas e enfatizam, a princípio, a identidade do acusado como cristão, como aquele que testemunha sua fé e que se define por seu testemunho. O ato conseqüentemente aí frisado é o recusar-se a fazer os ritos sacrificiais. Sacrificar era seguir um padrão de práticas religiosas extremamente arraigadas à vida e ao corpo do homem de então. Além do aspecto político que isso demandava, a negativa em praticar tais ritos afigurar-se-ia como uma reversão radical de um padrão identitário. Assim o que podia parecer intolerável era a mudança do ritual: em vez do julgamento, a liturgia que o reafetiva pela leitura; em vez de praticar os ritos de sacrifício, realizar uma narrativa em que o mártir se recusa a sacrificar e sofre o martírio pelo testemunho.

Definimos, nessa perspectiva, encruzilhada como o espaço instituído pelos relatos de martírio encenando a situação de julgamento, quer numa referência direta pela mimese do processo

do interrogatório, quer de modo indireto pela refiguração narrativa de sonhos e visões, os quais expressam um modo de rememoração estruturado por cenas referentes ao tribunal.

Colocado nessa encruzilhada, o personagem do mártir vai encarnar a ideologia cristã numa espécie de desafio à religiosidade e à autoridade do Império romano. Através dele, vai ser operada a reversão de valores, recebendo sua figura um investimento dramático de um lado e de outro; nas atas, é claro, a perspectiva cristã vai constituir a figura do mártir como símbolo sagrado e como padrão a ser transmitido. De um lado, negando-se a praticar os ritos sacrificiais, o mártir se oferece como o próprio sacrifício cristão, o que evoca a paixão de Cristo (como narrativa de fundação) e que dimensiona um outro ritual que subverte o anterior. De outro, ele fornece uma unidade à comunidade pelo seu caráter carismático e pelo seu poder de catalisar e legitimar a realidade cultural da suposta minoria que representa.

Se, como afirma Samuel Klausner, o martírio é um ato político que afeta a repartição do poder entre duas sociedades ou entre um subgrupo e um conglomerado social, então para a afirmação ou repressão de um ou de outro, é mister que esse ato possua uma certa publicidade e que assuma um caráter de exemplaridade.²⁰ Como se depreende de nossa análise, a estratégia tanto da comunidade cristã quanto das autoridades romanas foi de investir no evento do julgamento um enquadramento dramático, um espetáculo a ser contemplado, mas também uma experiência a ser reencenada pela reescrita das atas proconsulares, em que, a propósito, se baseia a atitude política romana contra os cristãos. No caso de Cipriano, foram especificamente os éditos de Valeriano os responsáveis, primeiro pelo exílio, depois pelo martírio e morte. Entretanto, o bispo já havia sido forçado a fugir anteriormente, em função da perseguição encetada pelo imperador Décio. O édito de Décio em 250 é, portanto, o primeiro que deflagra de forma sistemática a perseguição promovida pelo Estado aos adeptos do credo cristão.²¹

Todavia, no que se refere à base legal da perseguição aos cristãos anterior a 250, os comentadores têm advogado algumas

hipóteses, sem chegarem a uma solução plenamente satisfatória. Barnes conclui que a posição dos cristãos teria como referência primordial o rescrito de Trajano a Plínio, ou seja, que o fato de ser cristão constitui um crime especial, pois não se perseguira ninguém de tal credo e este iria apenas a julgamento se fosse delatado, além do que poderia ser absolvido na última hora caso declarasse apostasia. Não sendo um decreto feito pelo Senado ou pelo imperador o que imputava a base jurídica das perseguições, Barnes expõe a sua conclusão:

Mos maiorum era a mais importante fonte da lei romana, e era precisamente *mos maiorum* em todos os seus aspectos que os cristãos instigavam as pessoas a repudiarem. (...) É na mente dos homens, não nas demandas da lei romana, que as raízes da perseguição dos cristãos no Império romano devem ser buscadas.²²

Assim, é no plano dos costumes tradicionais, ou melhor, das práticas religiosas,²³ dos gestos ancestrais que executavam a performance das cenas rituais, que o combate contra ou em prol dos cristãos assenta suas raízes. E é a reafirmação desse combate que as atas, paixões e martírios trazem para uma prosa de tom moral, um texto que é apresentado para a assembleia numa leitura, por assim dizer, dramática, leitura de um texto que engaje ouvintes e espectadores num teatro efetivo.

Na verdade, as *Acta Cypriani*, pela sua sobriedade e pela grande proximidade e semelhança com as ditas atas proconsulares, encontra apenas um paralelo: a *Passio Sanctorum Scillitanorum*. As atas dos mártires de *Scilli* configuram-se como o testemunho mais antigo em África dessa literatura de martírio e, segundo Delehaye, embora não observe estritamente a forma proconsular, apresenta um inquestionável valor histórico.²⁴

Timothy Barnes, por seu turno, levanta algumas dificuldades encontradas nessas atas. Elas, por exemplo, mostram uma lista de seis mártires no princípio (1), outra lista com doze nomes no final (16) e uma outra colocada no próprio veredicto do procônsul (14), em que aparece a primeira lista mais a expressão *et*

ceteros, o que parece muito suspeito a Barnes.²⁵ Na opinião de Musurillo, os doze nomes devem ser conservados, a omissão de alguns na lista devendo-se ao fato de eles não terem sido questionados ou à intervenção do antigo editor, com a finalidade de abreviar as atas omitindo as respostas dos outros seis.²⁶

De qualquer forma, cabe aqui ressaltarmos as semelhanças e algumas coincidências entre estas atas e aquelas de Cipriano. Como no primeiro interrogatório de Cipriano, o início d a *Passio* dos escilitanos é, de certo modo, abrupto, pois o procônsul não faz, a princípio, as perguntas habituais acerca da identidade, mas inicia interrogando: “*Podes granjear o perdão do nosso senhor imperador se voltares atrás para o bom juízo*”.²⁷ Segundo Delehay, isto não revelaria qualquer inverossimilhança caso se pressuponha uma audiência anterior, o que tornaria desnecessários os procedimentos iniciais.²⁸

A maior parte do relato se restringe ao interrogatório do juiz dirigido a um dos mártires, Esperato, o qual, como líder, responde às indagações e prescrições do procônsul Saturnino. Os outros fazem intervenções muito rápidas e pontuais, um depois do outro, sem esperarem ser interrogados.²⁹ Aqui é notável a persistência de cada um em se afirmar como cristão:

Vestia disse: “Sou cristã”.
Secunda disse: “O que sou, isso mesmo quero ser”.
Saturnino procônsul disse para Esperato: “Persistes como Cristão?”.
Esperato disse: “Sou cristão”. E com ele todos concordaram.

De fato, o procônsul havia anteriormente aduzido razões para fazê-los sacrificarem em nome do imperador. Todavia, recusou-se a ouvir os motivos de Esperato, o que denotava um certo conhecimento da doutrina cristã e, assim, sabia que o mártir acabaria por falar mal dos ritos sagrados romanos. Está aqui em cheque o ritual do sacrifício; a função do mártir, dessa forma, seria também de deslegitimar a base religiosa da sociedade contra a qual empreende o seu combate. O procedimento discursivo das atas,

por seu turno, consiste em expor reiteradamente a ação de alguém que se recusa a fazer os ritos, de um lado, e, de outro, em afirmar teimosamente a sua identidade sob o nome de *Christiana*, de *Christianus*.

De certa forma, esta negativa e esta afirmação se repetem variadamente nas outras atas e paixões, além do fato de serem retomadas num mesmo relato. Com efeito, pela força de repetição no discurso, elas parecem tomar a forma de instruções ou procedimentos esperáveis, como gestos de um novo ritual estabelecido pela prosa, a ser encenado na leitura litúrgica.

Continuemos, a propósito, com a análise do relato:

Saturnino procônsul disse: “Acaso não queres um espaço de tempo para isso ser mais bem ponderado?”

Esperato disse: “Em coisa tão justa, inútil é uma ponderação”.³⁰

Dessa maneira, vemos a resposta de Esperato “*In re tam iusta nulla est deliberatio*” ressoar na resposta de Cipriano “*In re tam iusta nulla est consultatio*”. Ainda que os comentadores não escondam o paralelismo evidente, a investigação gira apenas em função do que pode depor contra ou a favor da confiabilidade das atas. Não há a consideração de que essas pretensas ‘citações’ possam vincular, de certo modo, os relatos de martírio na formação mais concreta de um gênero distintivo, o qual possa, ao par de sua inscrição histórica, munir-se de referências pertinentes ao próprio conjunto de relatos que têm características formais e funcionais análogas. O princípio de avaliação, por conseguinte, não seria verificar os eventos, julgamento e martírio, em sua absoluta singularidade, mas levar em conta sua ancoragem em alguns procedimentos narrativos ou contextuais precedentes.

Assim como elege o mártir como seu herói-tipo, que vai ser exemplar para a comunidade e também paradigmático para as narrativas ulteriores, a literatura de martírio lança mão de procedimentos-padrão, que, quais gestos de um ritual narrativo, reitera negativas e afirmações e mesmo realiza repetições literais, como no final destas duas atas:

*Universi dixerunt: Deo gratias.*³¹

*Cyprianus episcopus dixit: Deo gratias.*³²

De uma forma ou de outra, essa espécie de intertextualidade entre atas e paixões na região da África Proconsular fica mais patente se voltarmos nossa atenção para mais dois exemplares saídos da perseguição de Valeriano: a *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi* e a *Passio Sanctorum Montani et Lucii*. Se a *Vita Cypriani*³³ faz uma alusão direta a relatos de martírio de catecúmenos (no caso, a *Passio* de Perpétua, Felicidade e companheiros)³⁴ as duas paixões acima citadas possuem inúmeras correspondências com a *Passio Perpetuae et Felicitatis*, sobretudo na parte dos sonhos e visões. É sintomático que em ambas apareça o bispo Cipriano nos sonhos de alguns mártires, o que indicaria, de fato, terem sido produzidas na ambiência de uma mesma comunidade, ligada ao círculo de Cipriano.³⁵

Não obstante contemporâneas às atas de Cipriano (são, com efeito, situadas pouco depois da morte do bispo, em 259), estas *passiones* não mostram o interrogatório dos mártires, atendo-se mais à narração dos sonhos e visões e à descrição das torturas. A posição do narrador é muito mais acentuada; o eu-narrador, como participante ativo dessas paixões, encarna ele próprio valores e ações do mártir, encarnação essa que parece ser necessária para a legitimidade de sua escrita.

Toda a parte inicial que se afigura como um prólogo da *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi* diz respeito a essa busca de legitimidade:

E para nós (*nobis*) estas mui nobres testemunhas (*testes*) de Deus também deixaram esta tarefa de celebrar sua glória, estou falando (*dico*) de Mariano e Jacob, entre os nossos irmãos mais queridos, os quais vós sabeis que a mim (*mibi*) estavam ligados não apenas pelo culto comum dos sacramentos, mas também pela vida em comunidade e pelos estreitos vínculos afetivos.³⁶

Assim, ao narrador foi atribuída a missão de fazer chegar ao conjunto dos irmãos a notícia do combate dos mártires contra

as tribulações do mundo secular e contra os ataques dos pagãos, com a finalidade, segundo as atas, de que a grande maioria dos fiéis pudesse se preparar e se fortificar pelo exemplo dos que sofreram. Assim como o mártir presta um testemunho de fé para a sua comunidade, assim também o narrador do martírio presta um testemunho para a fraternidade cristã ampliada no espaço e no tempo.

De certa forma, o narrador, quando não é o próprio mártir, é alguém que abdicou da coroa do martírio para anunciar e celebrar a paixão dos companheiros.³⁷ Para isso, ele tem de asseverar os vínculos com os mártires, como acontece nesta *Passio*, em que o narrador começa contando que viajava junto com Mariano e Jacob, quando foram aprisionados.³⁸

Com efeito, são fornecidas aqui algumas informações anteriores à prisão, as quais também servem para demonstrar a ligação estreita entre aquele que assume a narração e os protagonistas do martírio. Nesse sentido, conta-se que, estando eles hospedados em Muguas, no subúrbio da cidade de Cirta, na Numídia, um destacamento militar que foi enviado pelo governador da província em Lambetsa, a fim de trazer presos os bispos Agácio e Secundino que estavam voltando do exílio, faz uma parada onde estavam Mariano, Jacob e demais cristãos. Em seguida, informa o narrador que, pouco depois que tais bispos tinham sofrido o martírio, ele e os demais mártires foram presos e levados a Cirta, onde fizeram, de início, sua confissão de fé.

É de se esperar que o autor do relato tenha sido libertado nesse ínterim ou durante a transferência deles para Lambetsa, que era a sede do governador da Numídia. Lá os mártires vão a julgamento, sendo condenados à morte pela espada. Não obstante, permanece próxima e continuada a convivência do autor com os mártires, assim como predominante é a presença do narrador no relato. A parte do interrogatório é apenas brevemente aludida e as poucas falas dos personagens são apresentadas em discurso indireto. Conservam-se as partes em discurso direto dos mártires unicamente na narração dos sonhos e visões.

A figura que recebe maior relevância é Mariano, de quem é dito que ocupava a posição de leitor na igreja. Não obstante ele e Jacob, os que encarregam e instituem a figura responsável pela narrativa, a frase em latim está construída de modo que a ênfase e a primazia recaiam sobre Mariano.

Também na *Passio Sanctorum Montani et Lucii*, o personagem que mais sobressai é aquele que dá a tarefa ao pretenso autor de escrever o restante do relato, uma vez que a primeira parte foi escrita em forma de carta na prisão, possivelmente pelo próprio protagonista, Flaviano:

Estas coisas todos do cárcere conjuntamente escreveram. Todavia, uma vez que era necessário abranger num discurso completo todo conjunto de atos dos ditos mártires, em vista também de que eles próprios, por modéstia, falaram menos de si mesmos, e de que Flaviano também em particular nos impôs esta tarefa de adicionar aos registros escritos deles o que quer que faltasse, tivemos necessariamente de acrescentar depois os fatos restantes.³⁹

Assim, a primeira parte dessa *Passio* é uma carta dirigida à comunidade cristã da Igreja de Cartago. Seu objetivo explicitamente enunciado no início é prestar um testemunho aos pósteros e deixar-lhes a memória de seus dolorosos trabalhos (*labores*) e de sua resistência aos sofrimentos (*tolerantiam*).⁴⁰ Como no relato de Perpétua, aqui esse primeiro eu-narrador encarna a figura do mártir, que inicia a narração escrevendo sobre as circunstâncias da prisão. Como se trata de uma epístola, ele mesmo faz o prólogo, deixando para o segundo narrador a continuação da narrativa depois da morte dos primeiros mártires.

Assumindo que o narrador da carta deva ser o próprio Flaviano, salientamos que é com ele que o narrador da segunda parte vai marcar sua intimidade, no intuito de legitimar seu discurso. Nesta *Passio* são três as passagens que fazem menção a esta atribuição ao narrador para continuar o relato,⁴¹ o que serve para frisar o seu estatuto de redator fiel e legítimo.

Enquanto Montano, Lúcio e demais companheiros, depois das torturas, sonhos, visões e confissão de fé, são logo executados, Flaviano é mandado de volta ao cárcere; havia, com efeito, surgido a denúncia de que ele estaria mentindo quanto a sua função, declarando-se diácono. Transcorreram, dessa forma, mais dois dias até que ele fosse também martirizado. Era mister, então, (e verossímil) relatar-se o que havia ocorrido nesse ínterim, ou seja, os atos, sofrimentos, visões, sonhos, falas, julgamento, morte e martírio de Flaviano, tarefa que o mártir incumbiu ao narrador da Segunda parte.

Nessa *Passio* também, como na *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi*, o interrogatório é apenas mencionado brevemente em discurso indireto. Maior relevo é dado aos sonhos e visões, estes em discurso direto, por vezes dialogado, que, não obstante, dizem respeito de modo explícito à situação de julgamento ou às circunstâncias de morte e punição. Entretanto, aqui o narrador é muito mais eloquente, fazendo longos discursos em prol da unidade da Igreja, com citações do evangelho e das epístolas de Paulo.⁴²

É patente o caráter litúrgico da narração, enquanto texto elaborado para ser lido diante dos fiéis em assembleia. Bem atestado também é o tom doutrinal de respeito à hierarquia, mormente à autoridade episcopal. Nos dois relatos, o aparecimento de Cipriano em sonho aos mártires, bem como uma menção direta à transmissão de seu ensinamento,⁴³ parece preencher esta função. Na *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi*, o fato de a narração do martírio dos bispos Agácio e Secundino preceder a dos mártires protagonistas, Mariano e Jacob, permite que os primeiros funcionem como paradigma para os restantes, ou seja, a figura do bispo (e aqui Cipriano é o personagem mais célebre) é usada para fornecer a diretriz e o princípio de unidade na Igreja.

Ao par dessa função ligada à maneira de gerir a comunidade cristã, os relatos de martírio apresentam como objetivo explícito formar outros mártires através dos exemplos que eles propagam. Eles se tornam, assim, um poderoso instrumento discursivo com o fim de erigir a figura de um novo herói: o mártir,

que será, a princípio, o paradigma do homem santo; o narrador que conta a história deve assimilar as mesmas qualidades e virtudes, deve encarnar vivencialmente os princípios e o modo de conduta do mártir.

E o que qualificaria melhor esse novo herói senão a morte e o sofrimento? Ou melhor, a encenação efetiva do sofrimento e da morte seria a ação fundamental do mártir tal qual testemunhada por esse tipo de narrativa. Diríamos mais: ele é o que se nega a fazer os ritos de sacrifício, é o que afirmar inexoravelmente a sua identidade como cristão; ele é o que presta o seu testemunho e, por isso, é o que sofre e o que morre por ele. Na verdade, os atos dos mártires parecem ser mais de ordem passiva, são menos do agir do que do padecer: são presos, interrogados, torturados; assim como são afetados por sonhos e visões, são afetados pelas circunstâncias.

Numa perspectiva semelhante, Judith Perkins, analisando o contexto do cristianismo em seus princípios, a saber, além das fontes cristãs, os primeiros testemunhos pagãos acerca do movimento cristão, chega à conclusão de que a representação cristã estava centrada no sofrimento e na morte, oferecendo ao meio pagão a imagem do cristão como sofredor.⁴⁴ Além disso, segundo ela, as narrativas inscreveriam um padrão narrativo para leitores e ouvintes, apresentando os cristãos com uma comunidade de sofredores:

As narrativas cristãs, de modo compatível, ofereciam um novo final feliz para os leitores: a morte; em particular, a morte do mártir. Narrativas descrevendo mortes de mártires eram estimadas durante o período e eram veiculadas amplamente entre comunidades cristãs.⁴⁵

Fornecendo a auto-imagem cristã do si mesmo como sofredor, as narrativas cristãs, quais atas e paixões, formulariam e difundiriam um outro padrão de ação baseado nos atos dos mártires, o que sugeriria a função do martírio como uma espécie de “*ritual social na comunidade cristã*”.⁴⁶ Com efeito, seria estabelecida e continuamente retomada nas narrativas essa forma ritual de

sofrimento e morte do mártir, ritual esse compactuado por leitores e ouvintes cristãos.

É certo que concordamos com Perkins acerca da representação do si mesmo centrada no sofrimento e na morte, como também acerca do caráter ritual propiciado pela ambiência do martírio. Entretanto, por um lado, em relação ao *corpus* de atas e paixões até agora analisados, levando em conta os procedimentos discursivos empregados de forma reiterada e constante, diríamos que os atos dos mártires consistem, primeiro, na recusa em sacrificar e na persistência em se afirma como cristão; depois, as suas ações, que se traduzem mais como afecções, mostram-nos submetidos a torturas e privações, afetados por sonhos e visões e, por fim, entregues à morte.⁴⁷

Por outro lado, o ritual a que fazemos referência é de ordem discursiva: ele é instaurado pelos relatos de martírio no espaço que definimos anteriormente como encruzilhada, concretizando seu sentido (pois é dirigido às primeiras comunidades cristãs) na leitura litúrgica para a assembleia ou na situação de transmissão de doutrina.

Nessa perspectiva, a imagem cristã do si mesmo é a de um ser em julgamento (cujo final feliz deve ser a morte), ou melhor, é a imagem de alguém que presta testemunho diante de um tribunal, que nega um ritual e persiste em definir-se pelo nome de cristão, o que demanda um ritual novo. É a do mártir que é lembrado pela pequena história em torno das circunstâncias de seu martírio. É a figura do narrador em primeira pessoa, duplo do mártir, que faz a narrativa como testemunho análogo à morte do santo, de tal forma que assimila as qualidades desse último. É, de certa forma, a imagem do leitor que, como o narrador, deve encarnar os atos e a conduta da figura que é martirizada.

De uma forma ou de outra, estes relatos de martírio estão em relação com a “paixão do Cristo”, o que é várias vezes afirmado nas narrativas. Estas últimas, porém, adquiriram uma estruturação diferenciada, não obstante a legitimidade de um escrito cristão deva provir da ligação com a divindade do Cristo. De qualquer forma, o registro das ações dos mártires é legitimado

como escritura de alto valor, a ser lida e transmitida, como as sagradas escrituras, aos pósteros. Assim, a imagem do si mesmo suscitada pela literatura de martírio é a imagem de parte de um *bios*, de um conjunto de atos que, na verdade, são afecções sofridas pelos mártires.

ABSTRACT

Cyprian and Other Martyrs of Africa Proconsularis: Proceedings of Discourses in Dossiers, Passions and Martyrdoms

This article proposes to analyze acts of martyrdom, as well as the so-called Passions, from the earliest times of Christianity originated in the region of North Africa, more specifically known as Proconsular Africa during the Roman Empire. The problem of the literature of martyrdom is discussed, seeking to explain certain parameters and standard procedures employed and, therefore, the functions of such elements in the composition and reception of works. In addition, the intertextual aspects that appear there are glimpsed, which corroborates an aesthetic purpose parallel to a doctrinal and, in a way, proselytizing purpose. The figure of the martyr is configured as a new type of hero and his actions and, above all, affections and sufferings are part of a new imaginary that values and celebrates the Christian man and Christian woman as suffering and who bear testimony from their way of life .

KEYWORDS

Reports of martyrdom; Passions; Cyprian; Proconsular Acts; Christian literature.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Actas de los Martires. Introducciones, notas y version española por Daniel Ruiz Bueno. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1961.

Acta Sanctorum Martii. Ed. por Jo. Bollandus. Antuérpia: s.n., 1668. tomo I, col. 630-638.

AMAT, J. **Passion de Perpétue et Félicité suivit des Actes.** Paris: s.n., 1996.

BARNES, Timothy D. Legislation Against the Christians. In: **Journal of Roman Studies**: v. LVIII. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1968a. p. 32-50.

BARNES, Timothy D. Pre-Decian Acta Martyrum. In: **Journal of Roman Studies**: V. LVIII. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1968b. p. 509-531.

BUENO, Daniel Ruiz. **Actas de los Martires** (texto bilingüe). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1951.

CIPRIANO. **Obras de San Cipriano** (edición bilingüe): Tratados. Cartas. Introducción, versión y notas por Julio Campos, Sch.-P. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1964.

DAVIDSON, Ivor J. Staging the Church? Theology as Theater. In: **Journal of Early Christian Studies** 8:3, p. 413-451, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, winter 2000.

DECRET, François. Premiers chrétiens en terre d'Afrique. In: **Le Monde de la Bible**, n. 132, janvier-février 2001.

DELEHAYE, Hyppolite. **Les légendes hagiographiques.** Bruxelles: Société des Bollandistes, 1927.

_____. **Les passions des martyrs et les genres littéraires.** Bruxelles: Société des Bollandistes, 1966 [Subsidia Hagiographica, n. 13B].

_____. **Les origines du culte des martyrs.** Bruxelles: Société d'Etudes de Christian Studies n. 11, v. 4, p. 533-563; Baltimore: The Johns Hopkins University Press, winter 2003.

HUGONOT, Christophe. Église et cité: le conflit des spectacles. In: **Le Monde de la Bible**, n. 132, janvier-février 2001.

IPIRANGA JÚNIOR, Pedro. Entre macho e fêmea: santas travestidas na Antiguidade. **Revista Letras**, v. 80, 2010, p. 59-70.

_____. Bios e hibridização: biografia cristã e pagã. **Clássica**, v. 1, São Paulo, 2011, p. 90-101.

_____. Fragmentos e *tópoi* biográficos nos séculos v e iv a.C. **Classica**, v. 27, n. 2, São Paulo, 2015, p. 121-145.

KLAUSNER, Samuel Z. Martyrdom. IN: **Encyclopedia of Religion**. Ed. Mircea Eliade (v. 9). New York: Macmillan Publishing Company; London: Collier Macmillan Publishers, 1987. p. 230-238.

MENTXAKA, Rosa. Nota sobre género y violencia en las actas de los mártires cristianos. In: **El Cisne II: violencia, proceso y discurso sobre el género**. Lecce: Grifo, 2012. p. 219-250.

MORESCHINI, Claudio; NORELLI, Enrico. **Historia da literatura cristã antiga grega e latina II: do Concílio de Niceia ao início da Idade Média**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 2000. tomo I.

_____. **Historia da literatura cristã antiga grega e latina I: de Paulo à Era Constantiniana**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 1996.

MUSURILLO, H. **Acts of the Christian Martyrs**. Oxford: Oxford University Press, 1972/2000. v. 2.

OTERO, Aurelio de Santos (Ed.). **Los evangelios apócrifos**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1999.

PEDREGAL, A. Las mártires cristianas: género, violencia y dominación del cuerpo femenino. **Studia Historica, Historia Antigua**, v. 18, Salamanca, 2000, p. 286.

PERKINS, Judith. In: MORGAN, J. R.; STONEMAN, Richard. **Greek Fiction: the Greek Novel in Context**. London; New York: Routledge, 1994.

PERKINS, Judith. **The Suffering Self: Pain and Narrative Representation in the Early Christian Era**. London; New York: Routledge, 1995.

SHAW, Brent D. Judicial Nightmares and Christian Memory. **Journal of Early Christian Studies**, v. 11, n.4, p. 533-563; Baltimore: The Johns Hopkins University Press, winter 2003.

VAN UYTFANGHE, Marc. L'Hagiographie un "genre" chrétien ou antique tardif? In: **Analecta Bollandiana (Revue Critique D'Hagiographie)**. Bruxelles: Société des Bollandistes, 1993. tome 111.

1 *Acta Proconsularia Cypriani*, III-IV. Este é o texto adotado por Bueno (1961, p. 759-760) a partir, a princípio, da edição de Hartel. Musurillo (2000, v. II, p. 172-173), seguindo Reitzenstein, apresenta esta outra edição: *Cyprianus episcopus respondit: Ego. 4. et proconsul dixit: Iusserunt te sacratissimi imperatores caeremoniari. sanctus Cyprianus respondit: Non facio. 5. Galerius Maximus proconsul dixit: Consule tibi! Cyprianus episcopus respondit: Fac quod tibi praeceptum est. in re tam iusta nulla est consultatio.*

IV. *Galerius Maximus conlocutus cum concilio sententiam uix aegre dixit: Diu sacrilega mente uixisti et nefarios tibi plures conspirationis homines aggregasti et inimicum te diis Romanis et sacris religionibus constituisti. nec te pii et sacratissimi principes Valerianus et Gallienus Augusti et Valerianus nobilissimus Caesar ad sectam caeremoniarum suarum reuocare potuerunt. 2. et ideo cum sis nequissimi criminis auctor et signifer deprehensus, eris ipse documentum his quos scelere tuo tecum agregasti: sanguine tuo sancietur disciplina. 3. et decretum ex tabella recitauit: Thascium Cyprianum gladio animaduerti placet. Cyprianus episcopus dixit: Deo gratias.*

2 Estes dados, de fato, seriam fundamentais para a constituição das atas e, por conseguinte, do culto aos mártires, pela escansão que se fazia do ano seguindo as comemorações dos dias dos mártires e santos, o que logo ocasionou a formação dos martirologios.

3 Cf. DELEHAYE, 1966, p. 126.

4 *Acta Pr. Cypr.*, I.

5 Esta carta é tirada de Eusébio, HE, Livro V, 1.3-2.8. A passagem específica está em v, 1.20.

6 *Martírio dos Santos Carpo, Papylo e Agatonice*, 2-3.

7 DELEHAYE, 1966, p. 62.

8 MUSURILLO, 2000^a, p. XXXI (v. II).

9 DELEHAYE, 1927, p. 106.

10 Idem, p. 108.

11 MORESCHINI, 1996^a, p. 295-296. Esta era a classificação de Bardenhewer, que é mencionada por Musurillo [2000 (v. II), p. LII].

12 MUSURILLO, 2000 (v. II), p. LII-LIII.

13 Quanto à noção de gênero biográfico, cf. VAN UYTFANGHE, 1993, p. 136 ss; cf. IPIRANGA JÚNIOR, 2011, p. 90-101; IPIRANGA JÚNIOR, 2015, p. 121-145.

14 Nas *Acta Cypriani*, menciona-se a interdição imposta por Valeriano de os cristãos se reunirem, inclusive nos cemitérios. Cf. *Acta Proconsularia Cypriani*, 1, 7. Os cemitérios até então eram protegidos por leis que advogavam contra qualquer violação, cf. DECRET, 2001, 19-20.

15 Cf. DELHAYE, 1933, p. 372.

16 SHAW, 2003, p. 535.

17 Idem, p. 541.

18 Cf. uma perspectiva semelhante, embora apenas descritiva, em HUGONIOT, 2001, p. 24-27.

19 SHAW, 2003, p. 544. Cf. também DAVIDSON, 2000, p. 413-451.

20 KLAUSNER, 1987, p. 231.

21 Quanto à perseguição de Décio, Musurillo não encontra quase nenhum testemunho nas *acta martyrum*. As *Acta Acacii* que pertenceriam ao período, ele não as inclui em sua edição por considerá-las suspeitas. A história de Piônio e o *Martírio de Conon* abarcariam, segundo ele, muitos elementos ficcionais para serem situados com segurança na época de Décio.

22 BARNES, 1968a, p. 50.

23 A uma conclusão semelhante parece chegar Musurillo: “A menção de Plínio de seus esforços para encher os templos em sua região e para encorajar a celebração de *sacra sollemnia diu intermissa* dá-nos a chave necessária, e qual poderia ter servido como um precedente para os tempos vindouros. E, não obstante, desde o tempo de Augusto e Cláudio, sabemos que nenhuma tal ação poderia ser puramente religiosa e que o controle decisivo por Roma das províncias, a *pax et ordo* da República, era a verdadeira razão para a escrupulosa atenção dos governantes para os assuntos de culto e adoração (MUSURILLO, 2000^a, p. LXII).

24 DELEHAYE, 1966, p. 47.

25 BARNES, 1968b, p. 519-520.

26 MUSURILLO, 2000, v. II, p. XXIII.

27 *Potestis indulgentiam domni nostri imperatoris promereri, si ad bonam mentem redeatis* (Cf. MUSURILLO, 2000, v. II, p. 86).

- 28 DELEHAYE, 1966, p. 48.
- 29 Segundo Delehayé, as perguntas do procônsul direcionadas a estes outro mártires podem ter sido retiradas pelo antigo redator; não obstante, ainda subsistem em alguns manuscritos (Idem, *ibidem*).
- 30 *Saturninus proconsul dixit: Numquid ad deliberandum spatium uultis? Speratus dixit: In re tam iusta nulla est deliberatio.*
- 31 *Acta Sanctorum Scillitanorum*, 17: “Todos disseram: ‘Graças a Deus’”.
- 32 *Acta Proconsularia S. Cypriani*, 4: “Cipriano disse: ‘Graças a Deus’”.
- 33 Escrita, segundo São Jerônimo, pelo diácono de Cipriano, Pôncio (*De uiris illustribus*, 68).
- 34 Cf. DELEHAYE, 1966, p. 71-72.
- 35 Cf. MUSURILLO, 2000, v. II, p. LVI.
- 36 *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi*, 1: *et nobis quoque hoc praedicandae gloriae suae munus Dei testes nobilissimi reliquerunt, Marianum dico ex delectissimis fratribus et Iacobus, quos mihi scitis praeter communem sacramenti religionem uitae etiam societate et domesticis affectibus inbaesisse.*
- 37 Isso é dito explicitamente pelo narrador da *Vita Cypriani*, 19.
- 38 *Passio Sanctorum Mariani et Iacobi*, 2-4.
- 39 *Passio Sanctorum Montani et Lucii*, 12: *Haec omnes de carcere simul scripserunt. Sed quia necesse erat omnem actum martyrum beatorum pleno sermone complecti, quia et ipsi de se per modestiam minus dixerant et Flavianus quoque priuatim hoc nobis munus iniunxit ut quicquid litteris eorum deesset adderemus, necessario reliqua subiunximus.*
- 40 Idem, 1.
- 41 Idem, 12, 15, 21.
- 42 Idem, 10.
- 43 Idem, 13.
- 44 PERKINS, 1995, p. 16. Para a representação da figura da mulher em mártírios, cf. MENTXAKA, 2012, p. 219-250.
- 45 Idem, p. 24.
- 46 Idem, p. 32.
- 47 Cf. PEDREGAL, 2000, p. 286.